



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0008946-33.2024.6.05.8000
INTERESSADO : ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ASSUNTO : Anulação do Pregão Eletrônico n.º 90032/2024 e Contrato n.º 69/2024.

DECISÃO n.º 3465338 / 2025 - PRE/DG/ASSED

1. Tramitam os autos para apreciação do requerimento formulado pela ASCOM (doc. n.º 3247284 do SEI 0004141-03.2025.6.05.8000), anexado aos presentes autos, com vistas à rescisão do Contrato n.º 69/2024, cujo objeto é a prestação de serviços de monitoramento e gravação de clipping eletrônico diário, sob a justificativa de que a Contratada não teria iniciado a prestação dos serviços no prazo estabelecido no Termo de Referência.
2. O referido ajuste foi celebrado com a empresa CONECT INTELIGÊNCIA DIGITAL LTDA., em decorrência do Pregão Eletrônico n.º 90032/2024.
3. Apurada a responsabilidade contratual da empresa (SEI n.º 0026824-68.2024.6.05.8000, doc. n.º 3306829), a Presidência deste Tribunal decidiu pelo arquivamento do feito, sem estipular penalidade à Contratada.
4. Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos - ASJUR1 se pronunciou por meio dos Pareceres 148, 192, 213 e 294/2025 (docs. n.ºs 3299215, 3334313, 3352929 e 3428005).
5. Para o deslinde da questão apresentada, importa ressaltar as conclusões constantes do derradeiro opinativo emitido pela ASJUR1, sobretudo no que se refere à possibilidade de rescisão amigável do ajuste ou anulação do procedimento licitatório que deu origem ao contrato, conforme trecho do Parecer n.º 294/2025 da ASJUR1 (doc. n.º [3428005](#)):

[...]

5. A Diretoria-Geral, no documento n.º [3418440](#), determinou o retorno do processo à Secretaria de Gestão Administrativa, para adoção das providências destinadas à rescisão amigável do ajuste, com a juntada da respectiva minuta para a análise desta Unidade consultiva, bem como o seu encaminhamento à ASCOM, para manifestação quanto à conveniência/oportunidade de reabertura do procedimento licitatório para convocação dos licitantes remanescentes, nos termos do art. 90, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021, ou, alternativamente, quanto ao interesse de iniciar novos estudos preliminares para a contratação em comento.

6. No documento n.º [3418865](#), a ASCOM manifestou interesse em iniciar novos estudos preliminares para a contratação em comento, haja vista ter sido sinalizada a possível existência de omissões/falhas no Termo de Referência, relativamente aos parâmetros de segurança que devem ser adotados pelas empresas para o cumprimento das obrigações contratuais, especialmente o envio de *e-mails*, mencionando, ademais, a realização de consultoria com empresa especializada em gerenciamento de imagem, *"oportunidade na qual terá acesso a informações sobre as melhores práticas do mercado para monitoramento de imagem, incluindo-se o acesso e avaliação de matérias jornalísticas nos diversos veículos de mídia (impressos eletrônico e digital)"*, o que deverá viabilizar a realização de ETP com mais elementos.

[...]

8. A esta altura, cumpre-nos recordar que esta ASJUR1, nos itens 5 e 5.1 do Parecer n.º 192/2025 (doc. n.º [3334313](#)), registrou:

5. A par do quanto informado, esta Unidade de assessoramento, em conformidade com o quanto antes ponderado no item 3.2 do Parecer n.º 148/2025 (doc. n.º 3299215), preliminarmente, indaga acerca da possibilidade/conveniência de ser disponibilizado canal alternativo para o atendimento das obrigações contratuais, como a utilização do Whatsapp institucional, nos moldes referidos pela Coordenadoria de Gestão de Aquisições, Licitações e Contratos, no documento n.º 3329071.

5.1. Caso tal providência não seja viável, a Administração poderá optar, com fulcro no Princípio da Economicidade, pelo desfazimento amigável do Contrato n.º 69/2024 e reabertura do respectivo certame, para a convocação do segundo licitante mais bem classificado, nos termos do art. 90, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021 ou pela anulação da licitação e do contrato, para a realização do novo procedimento, contemplando as alterações sugeridas pela SEINFRA, atentando-se ao quanto indagamos no item 3.3.1.

8.1. Parece-nos que *in casu*, não havendo a intenção de reabertura do certame, vez que restou constatada a existência de omissões/falhas no Termo de Referência, relativamente aos parâmetros de segurança que devem ser adotados pelas empresas para o cumprimento das obrigações contratuais, a providência que se impõe é a anulação da licitação e do contrato, para a realização do novo procedimento.

8.1.1. Note-se, ademais, que, diferentemente do desfazimento amigável do ajuste, a anulação é ato unilateral da Administração, não havendo que ser colhida a manifestação da Contratada. Considerando que não houve execução dos serviços, não há aqui dever de indenizar, previsto no art. 149 da Lei n.º 14.133/2021, tampouco havendo que se falar em responsabilização da empresa pelos prejuízos sofridos por este Regional, vez não decorreram de sua culpa exclusiva, como restou concluído no Processo SEI n.º 0026824-68.2024.6.05.8000, documento n.º 3306829.

É o parecer. *[grifamos]*

6. Após análise do procedimento e à luz das análises já realizadas no bojo do SEI 0004141-03.2025.6.05.8000 e nos referidos opinativos jurídicos, a Assessoria Especial desta Diretoria-Geral (ASSESD) opinou pela anulação do certame e do respectivo contrato, uma vez que restou demonstrada falha no ato convocatório, submetendo os autos à apreciação.

7. Isto posto, acolho os Pareceres da ASJUR1 n.ºs 148, 192, 213 e 294/2025 (docs. n.ºs [3299215](#), [3334313](#), [3352929](#) e [3428005](#)); e Parecer ASSESD n.º 30/2025 (doc. n.º 3465337), cujas razões adoto e passam a integrar a presente decisão, para **anular** o procedimento licitatório realizado por meio do Pregão Eletrônico n.º 90032/2024 e, bem como Contrato n.º 69/2024, com fundamento no art. 147, da Lei 14133/2021, uma vez que restou constatada a ocorrência de vício insanável, consubstanciado na existência de omissões/falhas no Termo de Referência, relativamente aos parâmetros de segurança que devem ser adotados pelas empresas para o cumprimento das obrigações contratuais.

8. Encaminhe-se à SGA/COGELIC/SELIC, para conhecimento e providências.

9. Simultaneamente, à unidade demandante (ASCOM) e à SOF, para conhecimento e eventuais providências em suas respectivas áreas de atuação.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 18/08/2025, às 11:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3465338** e o código CRC **5D645180**.